

LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados







2010

Consulta pública do anteprojeto de lei de proteção de dados

2012

Proposto na Câmara dos Deputados o PL nº 4050 – Tratamento de dados pessoais

2011

Proposto o PL nº 2125 – Marco Civil da Internet

2013

Proposto no Senado Federal o PLS nº 330

O escândalo da espionagem dos EUA

Primeiras revelações foram feitas há mais de três meses e mostraram que há sete anos a Agência Nacional de Segurança coleta informações dos cidadãos americanos

O Globo
28/09/2013 - 16:52 / Atualizado em 28/09/2013 - 16:59

02/07/2013 14h25 - Atualizado em 14/02/2014 07h29

Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA

Procurado pelos Estados Unidos, ex-técnico da CIA obteve asilo da Rússia. Caso gerou crise para o governo Obama e debate sobre privacidade online.



Menu

NEWS | BRASIL

Notícias | Brasil | Internacional | Economia | Saúde | Ciência | Tecnologia | Aprenda Inglês

EUA espionaram Petrobras, dizem papéis vazados por Snowden

8 setembro 2013

f WhatsApp Twitter Email Compartilhar

Novos documentos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) vazados pelo ex-analista da agência Edward Snowden indicam que a Petrobras também teria sido espionada pelos americanos.

A informação vem uma semana após notícias de que a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, teria sido



Nome da Petrobrás aparece em treinamento sobre como invadir redes de dados privadas

2010

Consulta pública do anteprojeto de lei de proteção de dados

2012

Proposto na Câmara dos Deputados o PL nº 4050 – Tratamento de dados pessoais

2014

Entrada em Vigor do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014

2016

Aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)

2011

Proposto o PL nº 2125 – Marco Civil da Internet

2013

Proposto no Senado Federal o PLS nº 330

2015

Aprovado no Senado o PLS nº 330/2013

2017

Tramitação do PLS nº 330/2013 e do PL 5276

CASO CAMBRIDGE ANALYTICA >

Cambridge Analytica e a nova era Snowden na proteção de dados pessoais

Talvez os escândalos sirvam para fomentar a adoção de tecnologias que permitam uma transparência quase que radical nas campanhas eleitorais digitais

G1

ECONOMIA

TECNOLOGIA

Cambridge Analytica and Facebook: The Scandal and the Fallout So Far

Revelations that digital consultants to the Trump campaign misused the data of millions of Facebook users set off a furor on both sides of the Atlantic. This is how The Times covered it.

Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades

Vazamento sem precedentes expôs dados de 50 milhões de usuários e mergulhou empresa em nova crise, pouco tempo depois de comoção sobre disseminação de notícias falsas

2010

Consulta pública do anteprojeto de lei de proteção de dados

2012

Proposto na Câmara dos Deputados o PL nº 4050 – Tratamento de dados pessoais

2014

Entrada em Vigor do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014

2016

Aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)

2018

Aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

2011

Proposto o PL nº 2125 – Marco Civil da Internet

2013

Proposto no Senado Federal o PLS nº 330

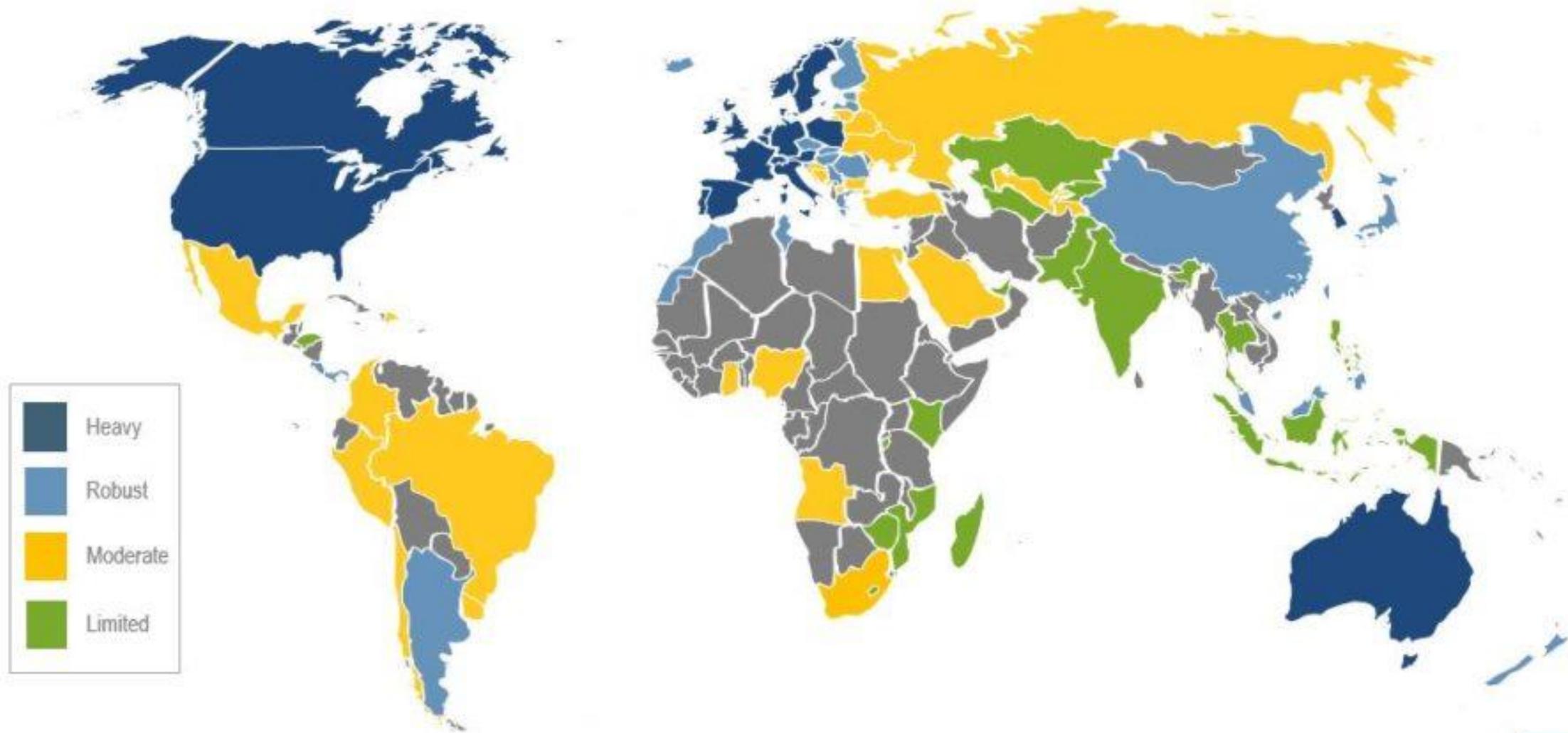
2015

Aprovado no Senado o PLS nº 330/2013

2017

Tramitação do PLS nº 330/2013 e do PL 5276

Global Data Privacy Laws



*Source: DLA Piper "Data Protection Laws Of the World"



2010

Consulta pública do anteprojeto de lei de proteção de dados

2012

Proposto na Câmara dos Deputados o PL nº 4050 – Tratamento de dados pessoais

2014

Entrada em Vigor do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014

2016

Aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)

2018

Aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

2011

Proposto o PL nº 2125 – Marco Civil da Internet

2013

Proposto no Senado Federal o PLS nº 330

2015

Aprovado no Senado o PLS nº 330/2013

2017

Tramitação do PLS nº 330/2013 e do PL 5276

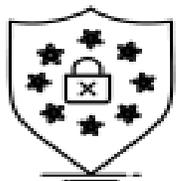
2019

Aprovação da Lei nº 13.853/2019



Fevereiro de 2020

Agosto de 2020



Autarquia Federal

Órgão da Adm. Pública
Com revisão em 2 anos



Pessoa Física

Pessoa Física ou
Pessoa Jurídica



Revisão de decisões
automatizadas por Pessoa Física

Revisão sem intervenção
necessária de Pessoa Física



Vedação de compartilhamento de dados
relacionados à saúde

Permissão: (i) portabilidade; e (ii)
transações financeiras

2010

Consulta pública do anteprojeto de lei de proteção de dados

2012

Proposto na Câmara dos Deputados o PL nº 4050 – Tratamento de dados pessoais

2014

Entrada em Vigor do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014

2016

Aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)

2018

Aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

2020

Entrada em vigor da LGPD em 20 de agosto de 2020

2011

Proposto o PL nº 2125 – Marco Civil da Internet

2013

Proposto no Senado Federal o PLS nº 330

2015

Aprovado no Senado o PLS nº 330/2013

2017

Tramitação do PLS nº 330/2013 e do PL 5276

2019

Aprovação da Lei nº 13.853/2019

PL 5762/2019 | Inteiro teor

Projeto de Lei

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Identificação da Proposição

Autor

Carlos Bezerra - MDB/MT

Apresentação

30/10/2019

Ementa

Altera a Lei nº 13.709, de 2018, prorrogando a data da entrada em vigor de dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - para 15 de agosto de 2022.

2010

Consulta pública do anteprojeto de lei de proteção de dados

2012

Proposto na Câmara dos Deputados o PL nº 4050 – Tratamento de dados pessoais

2014

Entrada em Vigor do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014

2016

Aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)

2018

Aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

2020

Entrada em vigor da LGPD em 20 de agosto de 2020

2011

Proposto o PL nº 2125 – Marco Civil da Internet

2013

Proposto no Senado Federal o PLS nº 330

2015

Aprovado no Senado o PLS nº 330/2013

2017

Tramitação do PLS nº 330/2013 e do PL 5276

2019

Aprovação da Lei nº 13.853/2019

Fase 1
Avaliação

Fase 2
Mapeamento

Fase 3
Análise dos
dados

Fase 4
Criação do Programa de
conformidade

Fase 5
Implementação
do programa

Fase 7
Monitoramento

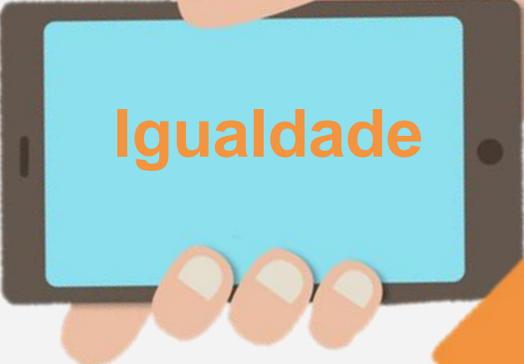
Fase 6
Treinamento



Transparência



Finalidade



Igualdade



Retificação



Segurança



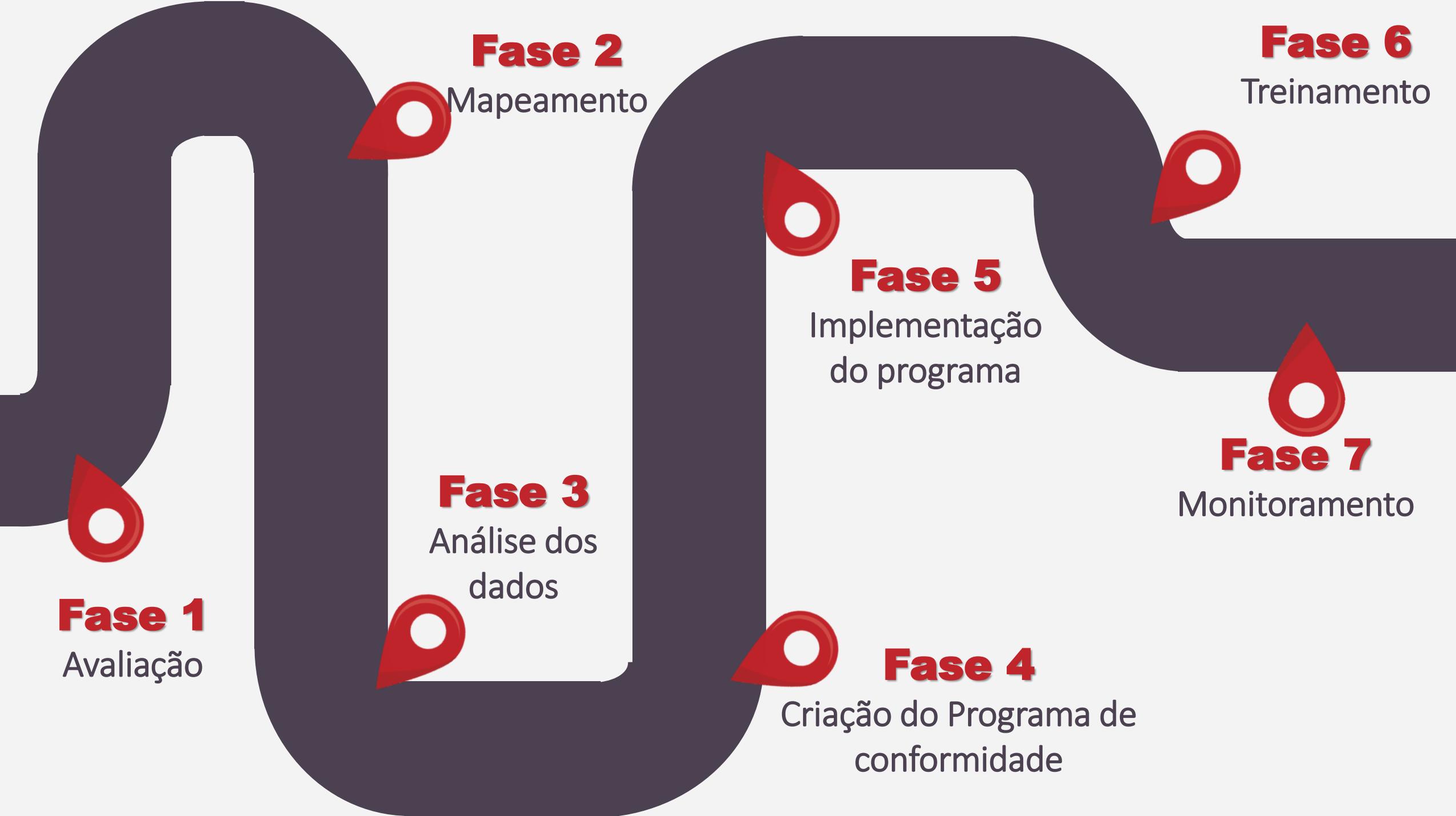
Portabilidade



Revogação



Exclusão



Fase 2

Mapeamento

Fase 6

Treinamento

Fase 5

Implementação
do programa

Fase 7

Monitoramento

Fase 3

Análise dos
dados

Fase 4

Criação do Programa de
conformidade

Fase 1

Avaliação



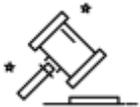
Consentimento

Exercício regular de direito



Estudos e Pesquisas

Tutela da saúde



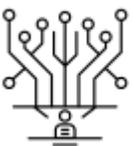
Cumprimento de lei ou ordem
judicial

Proteção da Vida



Execução de obrigações
contratuais

Execução de
políticas públicas



Legítimo Interesse

Proteção ao crédito





```
graph LR; A[Privacy by Design] --> B[Privacy by Default]; B --> C[Data Protection Officer];
```

Privacy by
Design

Privacy by
Default

Data
Protection
Officer



Fase 2

Mapeamento

Fase 6

Treinamento

Fase 5

Implementação
do programa

Fase 7

Monitoramento

Fase 3

Análise dos
dados

Fase 4

Criação do Programa de
conformidade

Fase 1

Avaliação



ANPD



**Poder
Judiciário**



**Ministério
Público**





Rodrigo M. V. do Amaral
(011) 997803680
rodrigo@lterreri.adv.br
@rodrigomvdoamaral